

7. MESA 5.

DEPOIMENTOS SOBRE O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

RICARDO BIELSCHOWSKY, coordenador – Vamos ouvir agora Theotonio dos Santos, professor titular da Universidade Federal Fluminense e é referência indispensável, essencial, na literatura do desenvolvimento, pela sua contribuição em vários terrenos, especialmente na conceituação da dependência. É um prazer, uma honra, Theotonio, tê-lo conosco aqui. Esta última reunião destina-se a depoimentos sobre o mestre Celso Furtado. Theotonio tem a palavra.

THEOTONIO DOS SANTOS – Estou vindo da Venezuela, onde o Banco Central de lá fez um interessante seminário sobre Celso Furtado e agora fez outro sobre Prebisch, do qual participei. É muito interessante ver essa recuperação do pensamento latino-americano. Foi um momento significativo, que demonstrou que o papel do Celso não foi só no Brasil. Eu gostaria de recuperar esse aspecto do Celso Furtado: no Brasil, ele tem um peso muito grande, mas também tem na América Latina. O pensamento do Celso Furtado na América Latina é realmente parte essencial de toda uma geração. E, no momento de recuperação de um pensamento latino-americano, ele é logo apontado em primeiro lugar. O primeiro a ser discutido é o Celso.

Estamos diante de um pensamento de uma força extremamente grande, sobretudo no momento em que se procuram alternativas, tendo em vista que há um sentimento de fracasso da opção neoliberal – se é que foi algum dia opção —, há a necessidade de se encontrar alguma alternativa. E existe essa idéia, cada vez mais clara, de que a alternativa requer a recuperação do pensamento latino-americano. Assim, esse é um aspecto muito

importante, que faz com que reuniões como esta e a idéia do Centro, que está sendo desenvolvida, tenham uma atualidade extrema.

No caso da Venezuela, há um aspecto a destacar: o próprio presidente Hugo Chávez assumiu esse ponto de vista e disso tem falado insistentemente. Agora mesmo, na conversa com Kirchner sobre os acordos que estavam fazendo, Chávez fez uma referência ao Aldo Ferrer e ao Helio Jaguaribe no livrinho que saiu, leu partes do texto do Aldo – “Quatro pontos de debilidade do pensamento latino-americano” – e assinalou a absoluta necessidade de se levar em consideração o pensamento latino-americano para fundamentar uma alternativa na região. O fenômeno se expande.

O que eu queria assinalar – e deixo um texto para a organização do evento – é que existe uma base material para isso. O Lessa levantou toda essa problemática do sentimento de fracasso do neoliberalismo. E esse sentimento decorre da compreensão e, mais do que isso, do contato com uma realidade cada vez mais violenta para a qual a região está caminhando. E não é só a região. Se pensarmos em nível mundial, caminha-se para uma situação extremamente grave, anômala, e é preciso construir caminhos alternativos.

É muito importante ver que essa nova agenda para o desenvolvimento, que aparece como alternativa, está ganhando dimensão regional e espaço em outras partes do mundo, com evidente sustentação política. Há uma tendência para uma nova coalizão de forças políticas. Está se desenhando com muita timidez ainda, mas está se desenhando. Essa nova coalizão tem muitos elementos do período anterior à década de 1960, quando houve o forte processo de desenvolvimento na região, mas evidentemente seu papel é novo.

Um dos setores mais importantes em todo o debate das décadas de 1940, 1950, 1960 era a burguesia nacional, à qual se dava a tarefa de dirigir esse processo. Lembro-me agora do que dizia Guerreiro Ramos, com aquela força de linguagem: “Temos de pegar a burguesia nacional pela gola e colocá-la na frente, na direção desse processo”. Mas ela não foi à frente, entre outras coisas, porque nutria uma esperança muito grande de ter um papel importante em um processo de desenvolvimento mais global, apoiado no capital internacional.

Creio que hoje a burguesia brasileira não acredita mais nisso, sobretudo diante do projeto da ALCA. Houve uma reação contra a ALCA no Brasil

muito mais extensa do que apenas a reação popular. Definitivamente, a burguesia se sente ameaçada, não viu nenhuma possibilidade de sobreviver diante da ALCA, em que todas as burguesias deveriam ter um papel empresarial importante. Esse fenômeno novo, de certa forma, é muito importante para explicar como se conseguiu, no caso brasileiro, que empresários assumissem um papel fundamental, por exemplo, na campanha política de Lula. Normalmente, não assistiríamos a isso em outra etapa histórica, não veríamos um apoio aberto na televisão da parte de setores importantes do empresariado, dando sustentação a uma candidatura cujo significado era fundamentalmente de origem popular, com uma presença importante do pensamento de esquerda.

Se pensarmos na figura de José Serra, no que ele representava, veremos que não havia nenhuma razão para a burguesia deixar de apoiá-lo em benefício do Lula. A razão, contudo, existe – são os fenômenos de que falou o Lessa. A gravidade da situação social e política mostra que não podemos apresentar uma alternativa somente de cima para baixo. É preciso uma alternativa que tenha um respaldo social profundo, e, de certa forma, a nossa burguesia está descobrindo coisas de que, por exemplo, a burguesia européia hoje tem certa consciência. Em momentos mais difíceis de crise, a burguesia precisa da social-democracia para sobreviver; ela tem que abrir certos caminhos, do contrário não tem espaço. Aqui no Brasil, de certa forma, essa idéia vem surgindo.

Creio que na Argentina também ocorre esse fenômeno, embora os amigos argentinos me digam, quando falo sobre a situação brasileira, que lá na Argentina não há nada parecido. Não creio. Uma figura como o Néstor Kirchner, que vem da área não necessariamente empresarial, mas de uma área de classe dominante, assumiu posições e tomou decisões que não se explicariam sem o grande movimento social que derrubou De la Rúa. Realmente, se não se leva isso em consideração, não se tem proposta, e o caminho é o de uma confrontação cuja forma não sabemos muito bem como será. Então, setores importantes de nossa classe dominante estão aceitando formas de expressão popular mais amplas e participação maior do Estado, participação nos processos de decisão e participação em um projeto nacional que incorpore esses elementos.

Fiquei muito impressionado com o fato de o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – com participação, por exemplo, do Horacio Piva, representante do empresariado de São Paulo – ter aceitado a tese de que no Brasil existe um sistema tributário regressivo para a produção. Mas entendo: é natural que o empresariado produtivo queira uma situação impositiva que respeite o processo produtivo, que apóie o processo produtivo e do trabalho. Temos uma situação regressiva que afeta profundamente a renda e ajuda a concentrá-la, e nossa classe dominante, normalmente, não assumia essa perspectiva. Ao contrário, grande parte do nosso empresariado ainda pensa que o desenvolvimento econômico e a nossa competitividade na economia mundial dependem de salários baixos e dessa situação regressiva.

Essas mudanças de posição se explicam pela gravidade da situação que estamos vivendo e pela necessidade de se reconhecer que é necessário retomar perspectivas abandonadas nas décadas de 1960 e 1970. Mas é preciso retomar tais perspectivas aceitando um papel mais importante dos setores sociais do que naquele momento. Daí que eu venha trabalhando a idéia de que se está produzindo o caminho para um novo bloco, um bloco histórico na região, no qual os trabalhadores, os movimentos sociais vão ocupar um papel muito mais avançado no projeto do desenvolvimento nacional do que o que ocuparam nas décadas de 1940 e 1950.

Vamos ter 14 eleições neste ano na América Latina, e em todas as chances da centro-esquerda são grandes, exceto na Colômbia, onde seguramente haverá reeleição. Nos outros casos, inclusive na Nicarágua, no México, no Peru, na Bolívia, serão governos de centro-esquerda. Essa é uma situação absolutamente nova. E, nesse quadro de recomposição de bloco histórico, as coisas vão avançando.

Então, essa recomposição talvez seja o caminho para a formulação de uma agenda nova. Mas eu gostaria de dizer que há um limite muito sério nesse caminho, que é o domínio do pensamento neoliberal. Apesar de o neoliberalismo estar desmoralizado perante as massas, perante amplos setores sociais, continua exercendo um terrorismo intelectual muito forte. Há grande medo de enfrentá-lo como pensamento. Isso é uma situação que pesa muito no contexto político da região, em parte pelo que o neoliberalismo significa em matéria de forças internacionais que solidificam suas políticas.

Vimos o Aloizio nos apresentar um quadro muito interessante de mudanças significativas que estão ocorrendo no governo, mas, quando chegamos em certos pontos, há bloqueio. Ele admite que a política monetária é o principal limite para o desenvolvimento, para o avanço do país. Ele admite mas se dobra um pouco diante da situação da política monetária existente, na medida em que aceita que não podemos ter metas de crescimento muito grandes e fortes, e que temos de pensar em uma taxa de crescimento relativamente baixa. Costumamos discutir, por exemplo, que Allan Greenspan foi o grande administrador do crescimento econômico americano da década de 1990. Mas Greenspan passou toda a década de 1990 dizendo que os Estados Unidos não podiam continuar crescendo, porque viria uma inflação colossal, e, no dia seguinte, os dados mostravam que a inflação estava diminuindo e o crescimento aumentando. Sem falar nos mais de vinte anos de crescimento da China, a 10%, embora todos os meses e quase todos os dias se leia que o país vai entrar em uma crise gravíssima, em uma situação inflacionária colossal etc. etc.

Essa repetição do argumento de que não se pode crescer, que está na raiz mesma do pensamento neoliberal – afinal, a idéia de equilíbrio é a idéia central desse pensamento –, ainda pesa dramaticamente. E no final da década de 1990, Greenspan acabou descobrindo que não é verdade que o crescimento não seja possível sem inflação. Pois há um desenvolvimento tecnológico, um aumento de produtividade muito grande capaz de viabilizar esse crescimento sem inflação. E vamos descobrir, depois de dez, quinze, vinte anos, que podemos crescer, porque o crescimento na fase atual da economia mundial está baseado em um avanço de produtividade colossal e está gerando, no mundo, uma deflação imensa, sobretudo no setor industrial. Está ocorrendo uma baixa de preços considerável dos produtos industriais. Portanto, nessa perspectiva, crescer pode ser deflacionário. E é deflacionário.

Assim, no Brasil, estamos pagando um preço alto ao não crescer e ao permitir essa taxa de juros estratosférica e essa transferência de recursos tão colossal que limita e impede o nosso crescimento. Em nome de quê? De um pensamento econômico.

É aí que sentimos o peso da figura de Celso, que era uma marca clara. E essa marca decorre não só do Celso, mas de toda essa idéia de que existe um pensamento latino-americano, de que existe uma alternativa de pensa-

mento, o que se tentou desqualificar na região. Mas, sobretudo com relação ao Celso, o respeito tem que ser muito grande, pela qualidade da sua obra. Ele não é o único, evidentemente, mas é um dos que mais se ressaltam.

Nós percebemos que o debate é também um debate teórico, é um debate filosófico em termos de filosofia da economia, de pensamento econômico e de resgate profundo do nosso pensamento. Tenho a impressão de que vamos dar um passo significativo nessa luta.

A presença da China hoje é um fator muito interessante, porque nos obriga a repensar profundamente o processo econômico mundial. Ademais, os chineses estão se sentindo diante de responsabilidades muito grandes na economia mundial. Estão chamando a comunidade internacional para participar, por exemplo, em abril do próximo ano, de uma Associação Internacional de Economia Política, para buscar uma alternativa de pensamento econômico. Hoje se fala também de um Consenso de Pequim, contra o Consenso de Washington.

Essa luta pode assumir um forte caráter internacional. E não há dúvida de que o papel que o Celso tem, o seu pensamento, o que ele representa em termos de vida, de ética, de outra visão do papel da ciência econômica, vai ser um dos elementos – já é – mais fundamentais nesse embate teórico muito forte que teremos nos próximos anos, ou melhor, que já estamos tendo. Talvez consigamos romper definitivamente a barreira desse terror ideológico e repensar o nosso mundo a partir do nosso pensamento e da nossa realidade.

COORDENADOR – Muito obrigado, Theotônio, pela sua reflexão, tão boa, tão contextualizada. Tenho a honra de convidar os professores Hélio Jaguaribe e Rubens Ricupero. Gostaria que também participasse da Mesa a Rosa Freire d’Aguiar. Não sei se a Conceição está aí fora. Gostaria de convidá-la também para a Mesa. Vamos ouvir agora o mestre Helio Jaguaribe, que tem um currículo que eu precisaria de uma meia hora, no mínimo, para dizê-lo. Helio Jaguaribe é decano emérito do IEPES, doutor *honoris causa* em várias universidades, foi professor visitante em Harvard, Stanford, no MIT, tem publicações em muitas línguas. Recentemente, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. É um prazer e uma honra ouvi-lo, mestre.

HELIO JAGUARIBE – Desejaria, inicialmente, manifestar a extrema alegria que tenho de participar deste seminário em homenagem a Celso Furtado, com quem tive uma longa e estreita amizade por mais de cinquenta anos, e é pessoa que sempre foi objeto de minha grande estima e alta admiração. Só lastimo que, por causa do horário do avião, terei de sair daqui às 18h30min. Peço desculpas por isso. Lembro-me de que, em certa ocasião, quando estava visitando a Bahia, o prefeito me convidou para almoçar e eu lhe disse que tinha que tomar um avião; e eles respondeu: “O avião espera”. Creio que aqui em Brasília o avião não espera.

Bem, dentro do curto prazo que convém a uma reunião de encerramento, gostaria de fazer uma meia dúzia de considerações a respeito dessa extraordinária personalidade que foi Celso Furtado, que foi, possivelmente, marcado por três características: o grande teórico do desenvolvimento, o grande programador do desenvolvimento e o grande humanista. Há uma dimensão de humanismo na pessoa do Celso, na obra do Celso que se reflete desde os seus contos de expedicionário até a forma pela qual ele discutia a problemática da cultura. Ele via a cultura como sendo fundamentalmente uma apropriação, pela inteligência humana, de formas de compatibilizar o progresso técnico com o bem-estar humano, com as condições do humanismo.

Celso era humanista profundo. Essa é uma das razões pelas quais, a despeito de ter profunda discordância com relação ao *status quo* da sociedade brasileira e, de modo geral, da sociedade latino-americana, ele foi sempre muito reticente relativamente a projetos revolucionários, porque achava que as revoluções terminam sempre em formas ditatoriais, em formas de violência e, em última análise, em formas de anti-humanismo. Independentemente das boas intenções iniciais, as revoluções têm uma tendência ao radicalismo, que é anti-humanista. Celso era um sistemático defensor do reformismo ilustrado, o que não significa um reformismo de elite, mas um reformismo aberto, para as massas executarem de uma forma ilustrada.

Creio que se deve a Celso – como já tem sido, muito apropriadamente, manifestado neste seminário – uma contribuição muito importante para a teoria do desenvolvimento. Ele não é mero continuador de todo um processo de análise do crescimento econômico, que vem, em última análise, desde os clássicos até Prebisch, mas é um inovador em muitos aspectos.

Talvez sua principal tenha sido a de sustentar que o subdesenvolvimento, diversamente do que se pensava, não constitui uma etapa inicial de crescimento econômico que desemboca no desenvolvimento. O desenvolvimento é uma realidade *per se*, uma realidade fechada, uma realidade dialeticamente em composição com o desenvolvimento.

Aí ele introduz uma modificação importante no pensamento de Prebisch, figura extraordinária na formulação do pensamento latino-americano, quando sustenta que essa díada prebischiana de centro-periferia não se aplica apenas a situações atuais do mundo, onde o chamado Primeiro Mundo seria o mundo cêntrico, e o Terceiro Mundo seria a periferia. Essas relações de centro-periferia existem no mundo atual, e seu surgimento está ligado a essa condição periférica. O que Celso observa é que essa relação centro-periferia é uma história originada, digamos, no Renascimento – para dar uma data no mundo ocidental razoavelmente admissível para esse efeito. Em determinadas sociedades, orientou-se o esforço produtivo, o esforço inovador, o esforço capitalizador no sentido de incrementar e modificar, de forma aperfeiçoada, os modos de produção. Em outras sociedades, orientou-se o esforço no sentido de melhor selecionar produtos, de otimizar a aquisição de produtos, independentemente da idéia de os produzir.

Isso está ligado, no caso da América Latina, à formação, dentro do nosso continente, de uma imensa exploração, mineira ou agropecuária, destinada à produção de produtos primários, por uma elite que adquiria grande capacidade aquisitiva e a utilizava de modo cada vez mais sofisticado. Essa é a razão pela qual a substituição de importações, na maioria dos casos latino-americanos, foi o imperativo decorrente da crise de 1930 mas não conduziu a uma efetiva industrialização, com exceção de alguns países, um dos quais o Brasil.

Aqui, a substituição de importações não foi apenas uma maneira de procurar obter domesticamente o produto que era importado; a substituição conduziu também a uma renovação da capacidade de produzir de forma própria, de forma adequada, em suma, incorporando à produção elementos de progresso tecnológico. Na medida em que se tornou também um produtor de bens de produção, o Brasil entrou – embora retardatariamente, e ainda o está fazendo, de forma insuficiente – no processo de inse-

rir progresso técnico em suas modalidades produtivas; se esse processo se desenvolver, como é perfeitamente possível que aconteça, o país deixará de ser subdesenvolvido.

O que torna a questão brasileira muito mais complicada, como Celso nos alertou permanentemente, é o fato de que o nosso subdesenvolvimento não depende apenas da insuficiente transferência de formas mais modernas de tecnologia para o processo produtivo, mas o fato de que herdamos do nosso passado colonial, do nosso longo passado escravocrata e subescravocrata, que marca a República Velha, uma gigantesca massa de pessoas destituídas de educação, de cultura, de qualquer meio de produção, e que formam um setor importantíssimo de população sem condições de ter acesso às formas de modernidade.

Em sua recente exposição, Lessa deu uma ilustração extremamente interessante sobre esse problema, sobretudo nos gigantescos anéis de marginalidade que cercam as nossas metrópoles. Um terço talvez da população brasileira está destituída de condições de acesso à modernidade, à cultura, à educação, destituída de oportunidades para o trabalho, gerando um problema gigantesco para o qual não se está dando a menor atenção. Todo esse problema de segurança que está afetando as cidades brasileiras envolve o problema policial, mas o ultrapassa. É um problema estrutural, de profundo desajustamento entre a sociedade moderna e a sociedade condenada à permanente destituição – e isso são mais de 50 milhões de pessoas.

Celso nos alertava muito contra essas coisas ao mostrar que o desenvolvimento, além de exigir o progresso tecnológico, exige a inclusão social. E, por meio da inclusão social, eleva-se a capacidade de consumo de uma sociedade, o que gera um mercado que, por sua vez, abre espaço para que essa sociedade aumente a sua capacidade produtiva.

Essas reflexões me levam a abordar uma segunda dimensão da pessoa do Celso, que foi a do grande programador. Celso teve duas oportunidades de atuar como grande programador do desenvolvimento. A primeira foi durante o período em que ele dirigiu a Sudene – a própria Sudene tendo sido uma invenção dele – em contato com o presidente Kubitscheck, quando propôs, a partir do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, a formação de uma agência que tivesse a capacidade de reorganizar as condições produtivas e de distribuição de renda no Nordeste e, com isso, acelerar o

desenvolvimento da região, que estava estagnado. A segunda ocasião foi quando ele, no governo Goulart, elaborou o Plano Trienal.

A tarefa de Celso na Sudene teve resultados extremamente importantes. Depois de uma gestão de apenas alguns anos de Celso, a região passou a ter uma taxa de crescimento superior à média nacional. Ou seja, da mais retardada passou a ter uma taxa superior.

O que aconteceu, o que Celso modificou? Foi sobretudo a criação de um corpo de funcionários especializados na fiscalização e na promoção do desenvolvimento. A Sudene foi uma agência pública séria, competente, que adotava, preventiva, corretiva ou propositadamente, as medidas adequadas para o desenvolvimento. Em segundo lugar ele agiu de sorte que as inversões federais, em vez de serem captadas pelo coronelismo local, como tradicionalmente acontecia, se tornassem orientadas para o atendimento das necessidades coletivas, públicas. Portanto, o investimento federal dirigido pela Sudene tornou-se um investimento de interesse público. E, graças a isso, teve um impacto na história, inclusive aumentando a capacidade produtiva das empresas nordestinas, que passaram a ter a competitividade antes inexistente.

É lamentável que, depois dessa sua experiência, o cartorialismo que infesta a nossa república tenha se apoderado da Sudene e levado o governo precedente, em nome da sua corrupção, a dissolvê-la, em vez de tentar reorganizá-la. Está havendo agora no governo Lula um esforço de reorganizar a Sudene. O importante não é estabelecer na lei que “fica instituída a Sudene”. A Sudene já foi instituída. Ela tem de ser reinstituída: “fica restabelecida a Sudene”. A idéia de Celso para a Sudene deve ser recuperada na nova legislação, colocando-a nos trilhos em que ele a colocou.

O outro aspecto que desejaria salientar na obra de Celso é o Plano Trienal. Já foram aqui, por mais de uma ocasião, salientadas as características desse plano, que, lamentavelmente, em virtude do golpe que derrubou Goulart, não chegou a ter começo e execução. Mas o que era o Plano Trienal? Em última análise, era o esforço absolutamente correto, do ponto de vista técnico, de compatibilizar uma alta taxa de crescimento econômico com uma economia equilibrada, uma economia não inflacionária, que mantivesse o famoso equilíbrio das variáveis macroeconômicas. E isso se fazia por meio de taxas de juros moderadas, de uma redução a níveis já mais

aceitáveis do superávit primário; uma série de medidas que permitiam manter o equilíbrio financeiro, econômico e monetário, mas que liberavam importantes somas para o desenvolvimento nacional.

Para terminar essas reflexões minhas, breves, quero salientar a absoluta – como diz aqui o título do nosso seminário – atualidade do pensamento de Celso Furtado. De que estamos precisando neste momento em que se encerra o terceiro ano de mandato do presidente Lula? De uma revisão profunda do nosso modelo econômico, uma revisão que compatibilize as formas, absolutamente necessárias, de equilíbrio macroeconômico com a liberação de importantes recursos para o desenvolvimento.

Como isso é possível? Não me cabe aqui entrar em detalhes a respeito dessa questão, tanto mais que a minha aproximação dessa matéria é a partir de uma perspectiva sociológica e não de uma perspectiva de economista profissional. Então, conservo-me dentro da prudente fronteira entre o sociológico e o econômico. Mas mencionaria três aspectos que me parecem importantes.

Primeiro, não é necessário ter esse superávit primário tão grande como se está estabelecendo. O governo Kirchner, em uma situação da economia argentina muito mais delicada que a nossa, limitou o objetivo do superávit primário a 3% e não a 5%, como se quer aqui, ou seja, liberou importantes recursos para inversões federais.

Ponto dois: o equilíbrio macroeconômico que estamos perseguindo e que realmente constitui uma necessidade de caráter transpartidário, transideológico, de uma economia sadia. Estou em vias de publicar pelo Instituto Rio Branco um trabalho chamado “Urgências e perspectivas do Brasil”, em que faço uma comparação entre o que está se passando agora e o que aconteceu com o governo Kubitschek. O que fez Juscelino Kubitschek? Ele assumiu o governo em situação política extremamente difícil. Getúlio tinha se suicidado pouco tempo antes, a situação era extremamente precária. Ele tinha que agir com muito cuidado diante de forças reacionárias ainda extremamente poderosas. Crédito interno: zero; crédito externo: zero. No entanto, ele desenhou um programa extremamente ambicioso de modificação da infra-estrutura brasileira e das indústrias de base a partir de um projeto que retroalimentava o seu próprio financiamento. Mobilizou recursos imediatamente disponíveis, apelou para o *supply credit* estrangeiro, sabendo per-

feitamente que não ia poder pagar, mas com isso equipando o Brasil das máquinas desejáveis, no momento em que os Estados Unidos negavam créditos de longo prazo ao Brasil, a pretexto de que o Brasil, tendo feito a Petrobras, não precisava de crédito estrangeiro. Então, utilizou-se o *supply*, um crédito europeu e, por meio disso, fez-se essa coisa extraordinária: em cinco anos uma sociedade agrária converteu-se em uma sociedade industrial.

Teve um preço? Teve, uma inflação média de 20%. Evidentemente, se for possível fazer com inflação menor, melhor. Mas, se o preço é esse, vale a pena. É melhor ser uma sociedade industrial com 20% de inflação que uma sociedade agrária com inflação zero. O progresso tem capacidade de autoamortização, uma vez que se estabelece em patamares superiores de capacidade produtiva que as sociedades agrárias estagnadas não têm.

O Plano Trienal de Celso, feitas as revisões que separam a década em que ele o elaborou dos anos atuais, contém a linha-mestra daquilo que seria necessário fazer. Ou seja, uma concepção não estática do equilíbrio macroeconômico, uma corajosa aceitação de riscos de produção e, obviamente, isto que hoje é objeto de consenso de um setor importante dos nossos pensadores em matéria social: a supressão da política de juros astronômicos.

Eu diria, com um pouco de perversidade, que é lícito considerar que hoje o Banco Central é um dos principais fatores da inflação. Por quê? Porque, ao supor que os juros astronômicos contêm a inflação, ele está, na verdade, inibindo a capacidade produtiva e, ao reduzir a oferta, aumenta a inflação.

A inflação brasileira sobrevivia muito mais por falta de oferta do que por excesso de demanda. Além disso, é preciso levar em conta que em um país subdesenvolvido, onde a massa de capital disponível é modesta, eliminar o crédito como fator de produção é uma loucura. Simplesmente se está eliminando um dos possíveis instrumentos para mobilizar a capacidade produtiva do país. Hoje o país depende da reinversão de lucros e dessa excessivamente valorizada inversão estrangeira, porque o crédito não é mais fator de produção em virtude dos juros astronômicos. Isso é altamente inibidor do desenvolvimento.

Creio que uma revisão do nosso modelo, levando em conta as idéias de Celso, seria extremamente favorável. Será que se vai fazer isso agora? Tenho dúvidas.

Não tenho dúvida do seguinte: seminários como esse, instituições como esse recém-criado Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento são locais a partir dos quais é indispensável que comece a haver um novo pensamento econômico que formule a compatibilidade entre um forte crescimento e um razoável equilíbrio das variáveis macroeconômicas para que se crie na opinião pública brasileira uma demanda de que esse tipo de política seja adotado. O Brasil necessita voltar a crescer a taxas não inferiores a 6%. Muito obrigado.

Deixo aqui um texto sobre Celso Furtado para ser incorporado aos anais deste seminário.

CELSO FURTADO, TEORIA E PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO

APRESENTAÇÃO

Foi com o maior prazer que recebi, da direção de nossa Academia, o convite para nela hoje pronunciar uma conferência sobre Celso Furtado. Acabei de tomar posse, há poucos dias, da cadeira n° 11, de que Celso foi o titular que nela me precedeu. Mantive com Celso, por mais de meio século, uma estreita amizade, compartilhando suas idéias e visões do Brasil e do mundo, e tendo por ele tão grande estima como a mais alta admiração.

Na breve palestra que me proponho pronunciar desejaria destacar três aspectos da vida e da obra desse grande homem. Em um primeiro momento, intentarei apresentar uma sucinta indicação dos principais momentos de sua vida e da obra que neles realizou. Em seguida, procurarei analisar a importante contribuição de Celso, como teórico do desenvolvimento e como programador deste para o Brasil e para o Nordeste. Finalmente, salientarei a alta relevância de que continuam se revestindo o pensamento e os projetos de Celso nas atuais condições do Brasil e da América Latina.

VIDA E OBRA DE CELSO

Como tive a oportunidade de referir nesta Academia, no meu recente discurso de posse, como sucessor de Celso Furtado na Cadeira n° 11, diferenciam-se, na vida de Celso, cinco sucessivos períodos, caracterizados pelas distintas possibilidades que as circunstâncias lhe foram proporcionando. O primeiro período, o de sua formação, vai de seu nascimento em Pombal, no sertão da Paraíba, em 26 de Junho de 1920, a seu ingresso na CEPAL, em 1949. Um segundo período corresponde ao de sua atividade naquela agência das Nações Unidas, até dela se desligar, em 1958. O terceiro período é o de sua atividade no Brasil, seguindo-se ao do CEPAL até o golpe militar de 1964. A partir deste se abre uma nova fase na vida de Celso, a do exílio, transcorrida, predominantemente, na Sorbonne, em Paris, até seu regresso ao Brasil, com a anistia e a redemocratização, em 1985. Sua última fase, passada no Brasil, vai até seu falecimento, em 20 de novembro de 2004.

O período formativo de Celso abrange seus estudos iniciais na capital da Paraíba e seu ingresso, em 1940, na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, do Rio, bem como sua admissão, por concurso, em 1943, no DASP. Em 1944 interrompeu seus estudos para seguir com a FEB para a Itália, como Aspirante a Oficial. De suas experiências de guerra surgiu o livro *Contos da vida expedicionária*, publicado em 1946.

Retornando ao Brasil em 1945, completa seus estudos jurídicos e se habilita, em 1946, ao curso de doutoramento em economia da Sorbonne, em Paris, doutorando-se em 1948 com a tese “L'Économie Brésilienne”, sob a direção do prof. Maurice Byé. Voltará ao Brasil nesse mesmo ano e se junta ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas.

O período cepalino de Celso se inicia em 1949 e o manterá naquela agência até dela se desligar, em 1958. Os dez anos de CEPAL foram extremamente importantes para a ultimação da formação intelectual de Celso. Nela pôde alcançar um amplo e sério conhecimento dos países latino-americanos, manter contato com algumas de suas mais representativas personalidades e, sobretudo, ter um assíduo convívio com esse admirável fundador do pensamento econômico latino-americano que foi Raúl Prebisch,

sob cuja direção, a partir de 1950, a CEPAL tornou-se um dos principais centros de inovação da teoria econômica contemporânea.

Em 1953 Celso se instala, por algum tempo, no Rio de Janeiro, presidindo o grupo mixto CEPAL-BNDE, cujo trabalho proporcionaria subsídios para o futuro Programa de Metas.

Nesse período Celso publicou, em 1954, *A economia brasileira* e elaborou, para a CEPAL, em 1955, o estudo “Uma introdução à técnica de programação”, que constituiu um dos primeiros importantes trabalhos sobre o método cepalino de programação econômica, que se revestiria da maior importância para a América Latina e, de um modo geral, para o Terceiro Mundo. Em 1956 publica *Uma economia dependente*. Em 1958, pronuncia importante conferência no ISEB, sobre *Perspectivas da economia brasileira*, a qual se tornará um livro.

A fase brasileira, de 1958 ao golpe militar, se caracterizará por sua ativa participação na vida pública do país. Sua primeira importante contribuição será, por nomeação do presidente Kubitschek, como interventor no Grupo de Estudos do Desenvolvimento do Nordeste, quando elaborou o estudo “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”, que dará origem ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste. Em 1959, no curso de um estágio na Universidade de Cambridge, surge seu clássico *Formação econômica do Brasil*. Em 1960 o Congresso aprova a lei da Sudene e Celso é nomeado superintendente da nova agência, com sede em Recife.

A atividade de Celso Furtado à frente da Sudene, marca uma profunda transformação da atuação do Estado naquela região. As múltiplas tentativas de desenvolvimento regional, desde o Império, vinham sendo coartadas pela conjugação do clientelismo político com os interesses dos grandes latifundiários, que proporcionava a estes o privilégio da irrigação procedente dos açudes construídos pelo poder central. Com Celso, a Sudene se converteu em uma efetiva agência de desenvolvimento regional, a partir de uma programação e administração de caráter estritamente técnico e social, que proporcionou ao Nordeste, durante sua gestão, uma taxa de desenvolvimento superior à média nacional. Nesse período Celso publica, em 1961, seu importante livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, formulando uma visão original do problema.

A renúncia de Jânio Quadros leva os militares, receosos do esquerdismo do vice-presidente João Goulart, à tentativa de obstar sua posse. Foi preciosa, nesse momento, a intervenção de San Tiago Dantas, que persuadiu os militares dos efeitos extremamente negativos que resultariam de um golpe e os induziu a aceitar a solução de um parlamentarismo, que conferiria o comando do governo a um primeiro-ministro, função para a qual foi escolhido Tancredo Neves. Designado chanceler, San Tiago exerceu uma das mais brilhantes gestões de nossa diplomacia, firmando a doutrina da “política externa independente”.

Tancredo foi sucedido por Hermes Lima como primeiro-ministro e, no gabinete deste, Celso foi nomeado Ministro do Planejamento. Preparou então, com o apoio de San Tiago, que viria a ser Ministro da Fazenda, um projeto importante, o Plano Trienal para 1963-65. Nele foram programadas as medidas necessárias para, nas difíceis circunstâncias do momento, imprimir novo impulso de desenvolvimento ao país, em condições de satisfatório equilíbrio macroeconômico. O golpe militar de 1964 frustrou a execução do Plano. Celso, entretanto, concluída a elaboração do Plano, havia optado por seu retorno à Sudene. Foi nela que o surpreendeu o golpe, que conduziu a sua cassação e o levou ao exílio.

Celso passou seus vinte anos de exílio predominantemente na Sorbonne, em Paris. Suas aulas e conferências atraíram tão ampla audiência que, para acomodá-la, a Universidade teve de lhe ceder um espaço especial, a Anfiteatro VIII, um dos mais amplos da Faculdade, na praça do Panthéon.

O período do exílio foi, intelectualmente, extremamente fértil na vida de Celso. As condições de trabalho sem distúrbios, proporcionadas por sua vida universitária e, por outro lado, a angústia que lhe suscitava a situação do Brasil, submetido a uma repressiva ditadura militar, contribuíram para facilitar e estimular seus estudos. No curso desse período surge, em 1966, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*; em 1967, *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Esse trabalho sistematiza seu inovador pensamento sobre o tema. No ano seguinte, aparece *Um projeto para o Brasil*. Em 1969, *Formação econômica da América Latina*, a contrapartida, para o conjunto da região, de seu precedente clássico *Formação econômica do Brasil*. Em 1972 publica *Análise do “modelo” brasileiro*. No ano seguinte, *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Em 1974 surge *O mito do desen-*

volvimento econômico. Economia latino-americana e Prefácio a nova economia aparecem em 1976. Data de 1978 *Criatividade e dependência na civilização industrial. Pequena introdução ao desenvolvimento* surge em 1980. Em 1983, *Não à recessão e ao desemprego. Cultura e desenvolvimento em época de crise* aparece em 1984. Em 1982 publica *Brasil, a construção interrompida*.

A última fase da vida de Celso corresponde ao seu retorno ao Brasil, em 1985, com a anistia e a redemocratização e se estenderá até seu falecimento em 2004. Essa última fase brasileira, inicialmente, como a do período de 1958 a 1964, será de ativa participação na vida pública. Em 1986 é designado embaixador junto à Comunidade Européia, em Bruxelas e, de 1986 a 1988, exercerá a função de Ministro da Cultura, no governo Sarney. A partir dessa data Celso voltará à vida privada de intelectual. Em 1997 é eleito para a Academia Brasileira de Letras e, em 2003, para a Academia Brasileira de Ciências. Nesse período publica, em 1985, *A fantasia organizada*. Em 1987 surge *Transformação e crise na economia mundial*. Dois anos depois, publica *A fantasia desfeita* e *ABC da dívida externa*. Seguem-se, em 1991, *Os ares do mundo*; em 2000, *Introdução ao desenvolvimento* e, em 2002, *Em busca de novo modelo*. Sua segunda esposa, Rosa Freire d'Aguiar Furtado, brilhante jornalista e escritora, reunirá em três tomos a obra autobiográfica de Celso, sob o título *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, publicada em 1997. Celso falece subitamente no dia 20 de novembro de 2004.

TEORIA E PRÁTICA DO DESENVOLVIMENTO

Celso Furtado foi uma personalidade extremamente rica e diversificada. Manteve, psicologicamente, muitas das características do sertanejo nordestino, como a sobriedade da conduta, a austeridade dos hábitos, a firmeza das posições, a resistência ao infortúnio e a convicção em sua própria capacidade. Por outro lado, era uma personalidade do mundo, aberto à multiplicidade das culturas e das idéias, dotado de um amplo sentimento latino-americano, que ainda mais se desenvolveu nos seus anos “cepalinos”, associado a um profundo mas muito equilibrado nacionalismo. Seus interesses intelectuais eram extremamente abrangentes. Tinha como predominante o interesse pela História e, seguindo Max Weber e os culturalistas alemães, combinava uma visão sociológica do processo histórico com uma

visão histórica dos processos sociais. Era um apaixonado pela música, tanto popular como, sobretudo, clássica e desta fazia um acompanhamento constante de sua vida. Acrescentava ao amor da música o da literatura, sendo surpreendente a amplitude de seus conhecimentos literários, que iam da antiguidade clássica à grande literatura, do século XIX aos contemporâneos, de Proust a Joyce e aos brasileiros, de Alencar e Machado a Jorge Amado. Era, igualmente, um grande apreciador das artes plásticas, também detendo, nesse campo, surpreendente amplitude de conhecimentos, de Praxístesles a Rodin, de Giotto a Picasso e a Portinari.

Não obstante essa amplitude e diversidade de interesses, Celso foi, sobretudo, um grande teórico e um exímio programador do desenvolvimento. Haveria que salientar o fato de que tinha do processo de desenvolvimento, ademais de uma concepção teórica extremamente original, um entendimento profundamente social e criticamente ecológico. O desenvolvimentismo de Celso Furtado, sem prejuízo de seu rigor teórico, era eminentemente humanista.

A grande contribuição teórica de Celso ao estudo do desenvolvimento decorreu de seu profundo sentido histórico e de sua visão histórico-sociológica da economia e de todos os processos sociais. Foi a partir dessa perspectiva que Celso se insurgiu contra as limitações algébrico-estáticas da economia, dos clássicos aos neoliberais. Celso não contestava a validade da econometria sempre que aplicada ao universo que lhe é próprio, que é o da empresa e, em geral, da microeconomia. Quando necessário, empregou convenientemente esse método. No domínio da macroeconomia, entretanto, Celso Furtado sempre ressaltou a necessidade de uma aproximação diacrônica, de caráter histórico-sociológico, dos processos mais amplos no âmbito dos quais se insere a atividade econômica, somente então sendo válida e necessária a análise sincrônica e quantitativa da economia.

Essa concepção histórico-sociológica da macroeconomia permitiu a Celso um enfoque absolutamente original do problema do desenvolvimento, por ele concebido em termos do complexo desenvolvimento-subdesenvolvimento, o que o conduziu a uma definitiva superação das precedentes teorias do crescimento econômico, de Ricardo a Keynes. Esse mesmo enfoque diacrônico-sincrônico levou Celso a emprestar à díade centro-periferia, elaborada por Prebisch, um sentido muito mais amplo. A análise

prebischeana, embora extremamente aguda e original, situava a díade centro-periferia como base para o entendimento da presente assimetria observável nas relações de troca entre os países cêntricos, que delas auferem todas as vantagens, relativamente aos países periféricos, que permanecem subdesenvolvidos.

A grande inovação de Celso consistiu em mostrar, diversamente do que até ele se supunha, que o desenvolvimento não constitui uma fase “matura” do subdesenvolvimento e este tampouco consiste numa fase “primitiva” do desenvolvimento. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são condições historicamente inter-relacionadas, aquele tendo se expandido, em apreciável medida, às custas deste. Aí entra a nova concepção trazida por Celso Furtado à díade prebischeana “centro-periferia”. Essa díade não resulta apenas, em nossos dias, de um desfavorável regime de intercâmbio. Essa díade manifesta um fenômeno histórico que se configura desde os descobrimentos marítimos dos séculos XIV e XV e a decorrente revolução mercantil. Resulta da forma pela qual se exerceu, historicamente, a acumulação do excedente social. Tornaram-se cêntricos aqueles países – que foram os da Europa Ocidental – que se revelaram capazes de proceder a uma acumulação do excedente sob forma de capital e aplicaram este em um continuado esforço de incremento de produtividade. Inicialmente, sob forma mercantil e, a partir de fins do século XVIII e intensamente o curso do século XIX, já agora com a participação dos EUA, sob a forma de uma industrialização baseada em crescentes inovações tecnológicas.

Países periféricos se tornaram aqueles – como nos casos da América Latina, da Ásia e da África – que se basearam na exportação de produtos primários, minerais e agrícolas, importando dos países cêntricos os bens manufaturados que atendiam à demanda das elites locais. A assimetria hoje observada nas relações de troca entre países cêntricos e países periféricos é o resultado desse processo histórico. Foi graças à crescente tecnificação de seus modos de produção que os países cêntricos lograram manter, no curso do tempo, satisfatórias taxas de crescimento econômico e de lucratividade de suas empresas, a despeito das contínuas elevações de salários que tiveram de enfrentar, suscitadas por movimentos sociais a partir do século XIX. As reivindicações sociais, como nos mostra Celso Furtado, foram, diversamente do que se supõe, um fator dinamizador do desenvolvimento, por

suscitarem, compensatoriamente, inovações técnicas. Por outro lado, foi graças às relações assimétricas de intercâmbio mantidas com os periféricos que os países cêntricos lograram sustentar satisfatórios níveis de demanda para seus produtos.

A crise de 1929-30 rompeu esse equilíbrio. Os países cêntricos perderam significativa parcela de seu PIB. Os países periféricos não depuseram mais de excedentes cambiais que lhes permitissem importar as manufaturas demandadas por suas elites dirigentes. Surgiu, então, o processo de substituição de importações, espontaneamente gerado pela impossibilidade de manter a antiga importação de manufaturas, abrindo-se, decorrentemente, espaço para se intentar produzi-las localmente. Esse processo tornou-se subsequentemente um projeto deliberado, por parte de diversos Estados periféricos, como ocorreu na América Latina, notadamente no Brasil, a partir de fins da década de 1940.

Na parte final de sua análise do processo de substituição de importações Celso Furtado mostra como as crescentes demandas de capital, geradas pela industrialização periférica, reproduzindo padrões de países muito mais avantajados, conduziram aqueles, mais cedo ou mais tarde, conforme as dimensões de seus respectivos mercados, a uma “crise de divisas”. O custo, em divisas, dos equipamentos cuja importação se impunha para sustentar a industrialização substitutiva, a que se somava o custo de matérias-primas também a serem importadas, como frequentemente no caso do petróleo, passou a ultrapassar o montante, em moeda estrangeira, gerado pela exportação de matérias-primas.

Esse novo processo de estrangulamento provocou uma crise de que ainda padecem os países latino-americanos. Alguns, como o Brasil, lograram, em uma segunda fase do processo de substituição, ingressar na etapa de produção local de bens de capital. Ainda no caso do Brasil, o continuado êxito da Petrobras foi reduzindo a margem de dependência de importação de petróleo. Essa segunda fase do processo de industrialização, entretanto, conduziu finalmente a uma demanda de capital superior à da acumulação local. Daí o dilema estagnação – inflação, quando não estagflação. Alguns países asiáticos, como a Coreia do Sul, lograram enfrentar esse problema mediante um esforço de poupança extremamente elevado, da ordem de 30% do PIB. Os países latino-americanos, contudo, não foram

capazes de tal esforço tendendo mesmo, como o Brasil, a diminuir sua taxa de poupança. A inflação, por seu lado, não foi capaz de sustentar o processo de industrialização, levando-o à estagnação. Em seu lugar, sobreveio uma ideologia neoliberal, conducente a uma nova abertura ao mercado internacional, supostamente competitiva, gerando novas formas de dependência. Esse mesmo neoliberalismo conduziu, com o chamando Consenso de Washington, a uma política fiscal e monetária de extrema rigidez, em nome da manutenção de um severo equilíbrio macroeconômico, mas produzindo, decorrentemente, uma continuada estagnação econômica e social.

CELSO PROGRAMADOR DO DESENVOLVIMENTO

Ademais de sua contribuição teórica à técnica de programação, com seu já referido estudo de 1955 para a CEPAL, “Uma introdução à técnica de programação”, Celso Furtado teve duas oportunidades de programação prática, como Ministro do Planejamento, elaborando, em 1962, o Plano Trienal e como formulador do projeto da Sudene e executor do mesmo, de 1960 ao golpe militar de 1964.

O Plano Trienal (1963-65) não chegou a ser executado, pela interrupção do golpe militar. Nele Celso intentou a adoção de políticas e medidas que compatibilizassem satisfatoriamente o equilíbrio das variáveis macroeconômicas com uma importante retomada do desenvolvimento. A não aplicação do Plano não permite se avalie a medida em que esses dois objetivos se revelassem reciprocamente compatíveis.

O que se pode dizer, relativamente ao intento de programação Celso Furtado, é o fato de que ele se orientava, quanto aos seus fins últimos, no sentido de transferir do produto para o processo de produção o esforço de incremento técnico da eficácia. Celso entendia que os países periféricos, como o Brasil, não se tinham engajado em um verdadeiro processo de desenvolvimento e sim no de uma mera modernização, caracterizada pela crescente qualidade dos produtos e não por crescente eficiência na produção. Por outro lado, para atingir esse objetivo, Celso favorecia formas indicativas, não autoritárias nem compulsórias, mas eficazmente indutoras de programação, à semelhança do que faz a França.

A experiência de Celso Furtado na Sudene foi extremamente exitosa, embora curta. Como precedentemente referido, a taxa de desenvolvimento do Nordeste, a partir da Sudene, de insignificante que era tornou-se superior à média do desenvolvimento nacional.

Observa-se que, depois da saída de Celso, a Sudene entrou em um processo de gradual declínio, que culminou com a extinção do órgão, voltando o Nordeste a ser comandado pela espúria combinação de políticas de clientela com os latifundiários locais.

ATUAL RELEVÂNCIA DE CELSO FURTADO

O nacional-desenvolvimento de Celso Furtado estava impregnado de um profundo compromisso social, ademais de por uma crítica consciência ecológica. Celso se dava conta, com grande apreensão, da medida em que as correntes modalidades de desenvolvimento econômico se processam às custas de perigosa degradação da biosfera. Salientava, assim, a urgente necessidade de o progresso tecnológico ser encaminhado para substancial proteção da biosfera. A substituição de combustíveis poluidores por outros, como o hidrogênio, de efeitos não degradantes, era uma de suas preocupações, relativamente à civilização industrial.

Por outro lado o desenvolvimento, para Celso, devia consistir em um equilibrado processo de expansão econômica com elevação das condições de vida da população e significativa redução das diferenças sociais. Esse social-desenvolvimentismo de Celso o levou a apoiar os governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart e, mais tarde, de Luiz Inácio Lula da Silva. Deste esperava uma grande renovação econômica e social, que reconduzisse o Brasil a um acelerado desenvolvimento econômico, mas o fizesse priorizando o desenvolvimento social.

Como muitos que compartilhavam essa posição, Celso foi extremamente compreensivo com a linha adotada pelo governo Lula no curso do primeiro ano de seu mandato. Reconhecia a necessidade de acalmar os mercados internos e externos e de pôr em boa ordem a economia do país. Entendia, no entanto, que importava, concomitantemente, preparar-se um modelo alternativo, à semelhança do que, embora em distintas condições históricas e sociais, ele havia proposto no seu Plano Trienal. Esse modelo

alternativo deveria ser técnica e politicamente preparado no curso do primeiro ano do governo Lula, de sorte a que se lhe pudesse dar início de execução a partir do segundo ano.

O fato de que nada disso foi feito pelo governo Lula, que prosseguiu, no curso de seu segundo ano e no do terceiro, na mesma linha de 2003, suscitou crescente apreensão em Celso. Manteve ele, todavia, até seu falecimento, a esperança de que o governo Lula ainda viesse a se encaminhar na direção de um desejável social-desenvolvimentismo. Criticava, privadamente, a orientação do governo, mas abstinha-se de o fazer publicamente, para não contribuir para o fortalecimento das forças conservadoras.

E agora? Falecido Celso Furtado, que uso se pode dar a suas idéias e seus projetos social-desenvolvimentistas?

A questão com que presentemente se defronta o Brasil, como muitos outros países emergentes, é a de como compatibilizar o equilíbrio das principais variáveis macroeconômicas com a necessidade de um acelerado desenvolvimento econômico e social. O governo Cardoso, como o atual governo Lula, se deparou, face às premissas em que ambos se aprisionaram, com o fato de que o imperativo de equilíbrio macroeconômico inviabilizava a formação de uma satisfatória margem de excedente para prioritárias inversões econômicas e sociais. Esse problema foi devidamente analisado por Celso Furtado, quando mostrou à medida que a industrialização substitutiva, nas condições dos países periféricos, com suas modestas taxas de poupança, mais cedo ou mais tarde esbarrava na incapacidade de satisfatória acumulação de capital. Ante essa barreira Celso propugnava uma mobilização da opinião pública que possibilitasse um significativo incremento da taxa doméstica de poupança, a exemplo dos países asiáticos.

Uma significativa elevação da taxa de poupança doméstica, quando não ocorre espontaneamente, é algo que se pode conseguir deliberadamente, por métodos indiretos ou diretos. Por via indireta, através de medidas que estimulem fortemente a poupança, para esse efeito destacando-se a adoção de poderosos incentivos fiscais, combinadamente com a de penalizações fiscais incidentes sobre o que se defina como excesso de consumo. Por via direta, através da adoção de um regime de poupança compulsória.

A poupança compulsória pode ser adotada através de várias modalidades, com maior ou menor taxa de autoritarismo. A modalidade menos autoritária é aquela que crie uma agência pública aplicadora, em projetos prioritários, da poupança compulsoriamente arrecadada. Esta será representada por títulos de poupança, de propriedade dos poupadores compulsórios rendendo, em benefícios destes, os rendimentos que resultem dos projetos em que tenha sido aplicada tal poupança.

Celso Furtado não chegou a abordar, expressamente, essa questão. Creio, não obstante, que se pode induzir, do pensamento dele, que seria favorável às formas indiretas de incremento da poupança, admitindo, contudo, em caso de estrita necessidade, razoáveis modalidades de poupança compulsória. É claro, no pensamento de Celso, a absoluta prioridade que dava ao desenvolvimento econômico-social, com ênfase no social.

Caberia acrescentar, complementarmente, a suposição de que o nacional-desenvolvimentismo de Celso, nas presentes condições geradas pelo processo de globalização, se converteria em um regional-desenvolvimentismo. Algo em que, a partir de uma sólida, confiável e reciprocamente benéfica aliança do Brasil com a Argentina, conduzisse à consolidação de Mercosul e da Comunidade Sul-Americana de Nações, fazendo desta um grande sistema de desenvolvimento regional.

Concluiria salientando que Celso, expressamente, subordinava o equilíbrio macroeconômico, dentro de limites razoáveis – como, supostamente, algo que não permitisse oscilações superiores a 20% do PIB – à promoção do desenvolvimento econômico e social, com ênfase neste.

As idéias e os projetos de Celso Furtado são hoje mais relevantes e urgentes do que nunca. Nada seria mais desejável do que a aceitação, pelo presidente Lula, ademais de medidas corretivas dos abusos políticos que estão sendo revelados, da imperiosa necessidade de se discutir, técnica e politicamente, a exequibilidade de um modelo alternativo ao neoliberal em curso, que conduzisse a um acelerado desenvolvimento econômico e social. Se tal não ocorrer, como infelizmente parece mais provável, o Brasil será levado a prolongar, por mais quatro anos, a estagnação de que é vítima desde a década de 1980. Ultrapassaria os limites desta palestra uma discussão, ainda que sumária, dos efeitos desse retardamento. Não se pode deixar

de considerar, entretanto, que serão da maior gravidade e poderão comprometer, seriamente, a possibilidade de o Brasil preservar, nas atuais condições do mundo, seu próprio destino histórico e sua identidade nacional.

É imperioso e urgente voltar às idéias e aos projetos de Celso Furtado.

COORDENADOR – Muito obrigado, professor Jaguaribe. Realmente, esta Mesa não podia deixar de ter a sua participação. Temos agora outro amigo querido do Celso Furtado, outra das figuras mais destacadas da vida brasileira, mestre Rubens Ricupero. Atualmente, ele é diretor da Faculdade de Economia e Relações Internacionais da FAAP. Ele sempre diz que o que gosta mesmo de fazer é ser professor. Foi secretário-executivo da UNCTAD, Ministro da Fazenda, Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia, subchefe da Casa Civil da Presidência da República, embaixador em Roma, Washington e Genebra – quase sempre soube escolher bons lugares. Passo a palavra ao embaixador Rubens Ricupero.

RUBENS RICUPERO – Muito obrigado. Boa noite a todos. Vou limitar minha apresentação a um dos ricos aspectos do pensamento e da atuação de Celso Furtado, que foi a sua visão do sistema internacional. Até mesmo por uma deformação profissional e também porque foi sobretudo em volta desse tema que o meu convívio com Celso Furtado se desenvolveu nos últimos anos, embora eu o conhecesse há muito tempo, pois minha mulher trabalhou com ele no Ministério da Cultura. Mas o nosso diálogo, o nosso convívio mais freqüente se deu quando eu estava em Genebra, na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, e muitas vezes visitei Rosa e Celso no apartamento deles em Paris e as conversas giravam sempre em torno do tema internacional.

Quando ele morreu, escrevi um necrológio sobre ele para a *Folha de São Paulo* naquele mesmo dia. E lembro-me de que disse que ele havia sido o mais globalizado de todos os pensadores econômicos brasileiros. O mais globalizado em um duplo sentido, que não é usual. No primeiro sentido porque, entre todos os formuladores de pensamento econômico no Brasil, ele foi o que, de longe, teve maior repercussão no exterior, o que teve mais

traduções, o que encontrou mais admiradores, o que foi mais comentado. O Brasil produziu grandes economistas neoclássicos, liberais e de outras escolas, mas em geral foram epígonos. Não digo isso no sentido pejorativo, mas não eram propriamente criativos. Eram grandes representantes de escolas, de doutrinas que basicamente foram desenvolvidas fora do Brasil. A originalidade de Celso é que, de fato, ele criou um pensamento profundamente pessoal e, por isso mesmo, teve uma repercussão mundial muito grande. De longe, muito mais do que qualquer outro pensador econômico que o Brasil jamais produziu. Esse foi o primeiro sentido do termo “mais globalizado”.

No sentido adicional, ele foi também o mais globalizado porque o pensamento dele sempre foi um pensamento muito abrangente. Embora tenha se incorporado à história brasileira através da programação, como disse Helio, do desenvolvimento do Nordeste – portanto uma visão regional –, na verdade ele sempre pensou o Brasil como uma peça do sistema-mundo. E eu também dizia nesse artigo que, quando ele morreu, lembrei-me muito da morte do Norberto Bobbio, na Itália, que ocorrera uns meses antes. O *La Stampa*, de Turim, onde Bobbio nasceu e viveu, publicou uma manchete enorme na primeira página, dizendo: “Morre Bobbio, o intelectual de uma outra Itália”. E eu dizia que se podia aplicar a mesma expressão ao Celso: ele era o intelectual de um outro Brasil, no sentido de que ele fecha, de fato, um ciclo em termos de história intelectual no Brasil sob muitos pontos de vista, inclusive das pessoas que pensaram o Brasil acreditando que se pudesse ainda falar na construção de um país, de onde surgiu o título da obra dele *Brasil – a construção interrompida*. Nessa época, havia ainda os que acreditavam na idéia de que houvesse um projeto nacional e fosse possível pensar o destino de um país com um mínimo de clareza, como uma estratégia a longo prazo.

Tudo isso praticamente se encerra com ele, encerra-se em definitivo, porque ele é, também, de todos os grandes intérpretes do Brasil, talvez o último – o último em termos biológicos, porque antes dele morreu o Florestan Fernandes, e todos os demais que o antecederam já tinham desaparecido. E, dentro dessa feira de intérpretes do Brasil, ele escolheu não se filiar propriamente àqueles que privilegiaram os fatores internos da formação

brasileira – como, por exemplo, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Na verdade, ele privilegiou os fatores internacionais da formação do Brasil. Nesse sentido, tem uma filiação muito estreita com Caio Prado Júnior, e isso se vê até em sua tese de doutoramento – não tanto no livro *Formação econômica do Brasil*, mas na tese de doutoramento –, porque tanto Caio Prado Júnior como ele viam o Brasil como uma peça secundária de um grande sistema do capitalismo mercantilista europeu, que, a partir dos séculos XVI, XVII e XVIII – no XVIII, já declinante – teve no Brasil, como em outras colônias tropicais, feitorias para a produção, com mão-de-obra escrava em grandes latifúndios, de *commodities* tropicais para o mercado já existente, o europeu.

Portanto, a história do Brasil é inseparável dessa concepção da sua inserção no mundo. E é por isso que ele via, com muita clareza, o que hoje as pessoas se esqueceram: o fato de que, quando se fala que o caminho do desenvolvimento é a integração no comércio mundial, integração na economia mundial, é preciso qualificar essa afirmação, porque não se trata de integração *per se*, e porque integrado o Brasil sempre foi. O Brasil nasceu como uma etapa da expansão do capitalismo mercantilista europeu e talvez não seja por acaso que somos o único país a ter o nome de uma *commodity*. O nome do Brasil é o nome do primeiro produto de exportação que tivemos, o pau-brasil. Fomos um país profundamente inserido no sistema mundial de comércio durante três séculos e meio, porque praticamente tudo o que se produzia de açúcar e, mais tarde, de ouro, diamantes, cacau, café eram produtos que se exportavam quase que na sua integridade. Havia, claro, uma economia paralela, destinada às próprias populações, mas o grosso da atividade econômica era voltado para o exterior. Portanto, não se poderia imaginar um país mais inserido, mais integrado no sistema mundial de comércio do que o Brasil.

Ora, o que ele viu foi que as mesmas forças que nos integravam no mundo nos desintegravam internamente. E esse é um paradoxo que continua até hoje, porque, obviamente, era esse sistema de produção que gerava os produtos que integravam o Brasil no circuito mundial. Mas como eram produzidos esses produtos? Através de um sistema de *plantation* – os grandes latifúndios com mão-de-obra escrava. Portanto, houve dois fatores de

desintegração: nada desintegra mais a sociedade do que dividi-la entre senhores e escravos, sujeitos de direito e objetos de direito; nada desintegra mais uma sociedade do que dividi-la entre poucos proprietários de terra e todos os outros apenas como instrumentos de trabalho.

A história do Brasil vista por Celso na *Formação econômica do Brasil* era inseparável dessa visão do mundo. E é muito interessante como ele mostra, nesse livro – e ele realça isso no último capítulo –, de que maneira o processo começa a se quebrar com a industrialização. É a industrialização que vai pôr em marcha um movimento que começa a articular as regiões diversas do Brasil que antes se integravam ao mundo separadamente, cada uma com seus circuitos próprios, e não tinham praticamente nenhum tipo de intercâmbio entre si. E é a industrialização que vai, finalmente, lançar um processo de criação do mercado interno, que, por sua vez, será responsável pelo grande dinamismo do crescimento brasileiro, pela fase de ouro do crescimento brasileiro, que dura desde os anos 20, 30 até os anos 70, mas que já vinha precedido de um período preparatório muito dinâmico.

E é também a perda desse rumo, a perda dessa possibilidade que marca muito os últimos livros do Celso, como, por exemplo, *Brasil – a construção interrompida*. E ainda realçando esse aspecto do pensamento dele, eu sempre tive a impressão de que ele foi uma das pessoas que viram com mais clareza, mais nitidez e mais cedo, as características da globalização econômica que estava em formação.

Há uma conferência dele, proferida em 1983, em São Paulo, e transcrita parcialmente em *A construção interrompida*, em que isso já está muito claro. E há passagens desse livro que, escritas quinze anos atrás, são antológicas em relação ao que sucedeu depois.

É verdade que boa parte da obra dele é antológica. Celso tinha um estilo lapidar, era um escritor humanista, como dizia o Helio, e também um grande artista. Vemos isso no gosto que tinha na escolha dos títulos de suas obras, o poder de fixação dos títulos: *A fantasia organizada*, *A construção interrompida*. Era, sem dúvida alguma, um homem que escrevia muito bem, mas escrevia com extrema economia de meios. Os textos de Celso Furtado são muito compactos. Às vezes me lembram, *mutatis mutandis*, aquela oração de Gettysburg, de Abraham Lincoln, que é a obra-prima da oratória mundial e que é um texto tão curto que o fotógrafo, que naquele tempo precisa-

va de tempo para preparar a câmera, não conseguiu registrar a presença de Lincoln enquanto ele falava, porque Lincoln foi tão veloz que, quando a máquina estava pronta ele tinha acabado de pronunciar seu discurso.

Os textos de Celso têm um pouco essa característica. Eles são muito densos, e, por isso mesmo, quase que cada frase merece virar uma peça de antologia. São coisas realmente lapidares. Não há gordura, não há excesso no que ele escreve.

Quero, na fase conclusiva dessas minhas observações – mostrando que de fato não posso melhorar o que ele disse –, ler aqui dois ou três parágrafos de *A construção interrompida*. Por exemplo, um desses parágrafos que me parecem fundamentais, na página 32, é quando ele diz:

Ora, a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas.

Em seguida, ele diz:

Em um país ainda em formação como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá, quase necessariamente, a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional.

Não preciso dizer que o que ele dizia sobre essas rivalidades inter-regionais está patente hoje, por exemplo, na guerra fiscal, na guerra dos estados pela atração de investimentos.

Para concluir, gostaria de dizer aqui que, a meu ver, o tema realmente decisivo neste momento, mais do que qualquer outro, é saber de que maneira vamos decidir nossa estratégia de crescimento futuro. Vamos persistir na ilusão de que o fator dinâmico virá da economia internacional? Ou, ao contrário, seremos capazes de compreender que, no mundo atual, em países continentais como o Brasil, os exemplos de maior êxito de desenvolvimento econômico se deram pela harmonização de um crescimento interno muito dinâmico e muito forte? Esse crescimento interno é o essencial para o crescimento.

Tanto na China como na Índia, o essencial vem de dentro, vem da demanda doméstica. E foi justamente isso que criou a massa crítica que permite a esses países adquirirem a competitividade para se inserir de forma qualitativamente boa no sistema internacional de comércio, e não apenas por uma fórmula qualitativamente inferior, como tem sido a nossa. Esse exemplo mostra bem que o problema não é escolher entre mercado doméstico e inserção no mundo globalizado, mas é escolher o primeiro como plataforma para o segundo, quer dizer, ser capaz de fazer isso de maneira harmoniosa.

É fundamental o que Celso diz sobre o papel da industrialização. E é fundamental porque estamos vivendo neste continente um fenômeno de desindustrialização precoce. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, a UNCTAD, produziu em 2003, quando eu ainda estava lá, um estudo admirável que é o *Trade and Development Report* daquele ano, dedicado ao estudo do fenômeno da desindustrialização precoce ou prematura, que ocorreu depois da grande crise da dívida dos anos 80 e que é devastadora em continentes inteiros: boa parte da África, boa parte da América Latina, boa parte do Oriente Médio.

É a desindustrialização desse tipo, não é a variante virtuosa da desindustrialização que ocorre, digamos, na Escandinávia, quando o nível de renda *per capita* chega a US\$ 11 mil, US\$ 12 mil, e, a partir daí, a indústria passa a declinar na formação do produto e na geração de emprego. É um fenômeno que ocorre entre nós com um nível de renda que é metade ou um terço disso, e justamente em sociedades empobrecidas, que não têm renda suficiente para gerar uma economia de serviços que possam empregar os que vão ser desempregados na indústria. E justamente ocorre nos momentos em que essas economias são obrigadas a se liberalizar comercialmente, mas sem ter condições para isso, porque a teoria do comércio internacional, que sempre pleiteou que, no momento da liberalização, os setores que por acaso não sobrevivessem permitiriam a liberalização de recursos para sua alocação mais racional a setores mais competitivos, evidentemente não trabalhou com um fenômeno como o nosso, em que uma macroeconomia doente, com taxas de juros exorbitantes, com taxas de câmbio desfavoráveis como as que temos hoje em dia, com custos tributários cada vez maiores, impede o investimento.

Um dos fatores diferenciais mais nítidos entre a época de Celso e a nossa é justamente a taxa de investimento. Hoje há certo consenso de que um país em desenvolvimento e em estágio intermediário precisa investir pelo menos 25% do seu PIB para ter um crescimento razoável. Nós temos investido menos de 20%, enquanto os asiáticos têm investido mais de 30% e alguns quase 40%. É claro que eles fizeram a liberalização comercial a partir de uma posição de força. Fizeram a partir de uma situação macroeconômica muito sólida, juros baixíssimos, muitas vezes subsidiados, moeda desvalorizada e uma capacidade de investimento muito grande, enquanto aqui não se fez isso.

Penso que o problema do futuro da indústria é fundamental entre nós, porque, em alguns dos países de colegas presentes aqui, o fenômeno da desindustrialização foi muito mais longe. O Brasil, felizmente, ainda preservou um pouco mais de seu tecido industrial, e, no nosso caso, não chegamos ainda àquele ponto sem retorno. Ainda temos possibilidade de evitar aqui o que aconteceu no Chile, que perdeu sete mil empresas médias em poucos anos, ou o que aconteceu na Argentina, em que quinze mil empresas foram destruídas e onde a destruição criativa de Schumpeter ficou só na primeira parte, porque a criação foi feita na matriz das empresas transnacionais que adquiriram essas empresas.

Na verdade, acho que precisaríamos recentrar um pouco o debate em torno do pensamento que ele tinha em relação ao mundo e compreender como, nesse pensamento de Celso Furtado, o papel da industrialização é absolutamente chave. Osvaldo Sunkel tem trabalhado muito sobre esse tema, e tudo o que ele tem escrito sobre desenvolvimento *desde dentro* vai no mesmo sentido, que não é, repito, o desconhecimento das vantagens da inserção internacional, mas, ao contrário, é fazer isso pela lógica da dinâmica interna. Acho que esse é um tema central para o desenvolvimento brasileiro, porque, se não conseguirmos que o debate volte a esse ponto, temo muito que as outras questões acabem sendo vítimas da situação que se vai criar e que será essa, como Celso dizia em *A construção interrompida*, de condenar o Brasil a taxas modestas de crescimento.

Portanto, encerro minhas considerações, apenas lembrando, em caráter pessoal, que, no ano passado, quando fizemos em São Paulo a grande Confe-

rência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, que ocorre a cada quatro anos, tivemos oportunidade de prestar a Celso, talvez, a última homenagem importante em público. Infelizmente, ele não pôde comparecer, porque já estava muito combalido, mas escreveu uma mensagem, gravou-a e a enviou, e essa mensagem foi lida na presença do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annan. Merecidamente, as Nações Unidas prestaram a Celso essa homenagem, porque ele foi um grande funcionário das Nações Unidas, e na presença do presidente da República.

Creio que isso mostra bem a verdade daquela observação que fiz ao iniciar, ou seja, de que Celso era profundamente brasileiro, profundamente intérprete da terra onde nasceu. Ele mesmo dizia que era só cacto – mas digo que apenas em aparência, porque ele era um homem de profunda ternura, um homem capaz. E contarei a vocês uma história, apenas porque me foi contada por um grande amigo meu que era embaixador em Buenos Aires e que recebeu Celso como Ministro da Cultura. Era um domingo e Celso ficou sem programa, e esse embaixador o convidou para almoçar com a mulher e a filha. A filha dele, infelizmente, é uma menina que nasceu com problema de retardamento mental. Ele tentou explicar a Celso que ele se sentia um pouco constrangido de obrigá-lo a participar daquele almoço, e Celso passou o almoço todo conversando com ela, com uma facilidade extraordinária, muita espontaneidade. Ele me contou essa história como testemunha daquela profunda ternura humana que ele tinha por baixo da aparência de sertanejo espinhoso, que era mais uma superfície do que realidade. Muito obrigado.

COORDENADOR – Muito obrigado ao embaixador Ricupero. Sua intervenção realmente fecha com chave de ouro o conjunto de exposições de ontem e de hoje. Já estamos caminhando para o final das nossas atividades. Pergunto à Conceição e à Rosa se não querem fazer breve uso da palavra.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES – Falarei rapidamente, e a Rosa encerra. Foi muito interessante o final. É óbvio que Jaguaribe e Ricupero não estão de acordo. Estou nesse ofício há muito tempo e participo das duas tradições. Aliás, estava tão desesperada no começo de 1980 com o Brasil, que, inspirada em Furtado, também passei a discutir a questão in-

ternacional, o poder americano, pois aquela hegemonia não ia acabar e estávamos meio atrapalhados.

Mas o que está implícito hoje, entre os defensores da globalização, é que não é possível, dado o estágio atual do mundo e a deterioração das periferias, fazer um projeto nacional. Jaguaribe e Mercadante, como falaram hoje de manhã, acham que podemos. Meus senhores, a esta altura da minha velhice, eu não acho nada. Trabalharei nos dois rumos que me competem, porque foi nesses dois rumos que meu mestre me ensinou a trabalhar.

Mas primeiro gostaria que se avaliassem a sério as chamadas transformações dos últimos 25 anos de estagnação. Por exemplo, o Chile não se desindustrializou senão do modelo anterior, mas depois conseguiu fazer uma industrialização agroindustrial, como se fosse uma Suécia, orientada aos recursos naturais. Nós não estamos limitados, como o Lessa disse, a um *agrobusiness* que não tem nada a ver com o café, com modernização brutal, com muito pouca gente operando a máquina exportadora com uma tecnologia avançada. Ademais, não dá para dizer que o Brasil se atrasou tecnologicamente, porque depende apenas do setor primário-exportador. Temos uma das mais avançadas tecnologias de exploração de petróleo do mundo. Temos tecnologia própria em toda a cadeia, inclusive controle eletrônico e produção de *software* de controle de plataforma, que desbancou a Inglaterra etc. Temos uma indústria aeronáutica. Somos os maiores exportadores de manufaturas da América Latina. Então, isto complica os raciocínios simplistas.

Tudo isso, meus senhores, surgiu lá atrás, não no Juscelino, mas na ditadura. O ressentimento dos progressistas contra a ditadura era de tal ordem, inclusive o meu, que não nos permitia ver o desenvolvimento das forças produtivas. Mas, quando voltei de vez ao Brasil e fui assessora da FINEP, vi onde tinha levado a idéia da “potência”. E não tinha como não ver o progresso tecnológico, até porque esta era uma idéia fixa dos militares, sobretudo do Geisel, ligada à idéia da potência. Dado que havia esse pensamento, venderam a idéia de fazer o programa de desenvolvimento tecnológico. Está lá em São José dos Campos. Os centros de pesquisa mais importantes eram deles ou apoiado por eles.

Isso fez com que o Brasil esteja hoje em uma situação muito esquisita. Não dá para dizer que um país que tem uma indústria de petróleo batalhan-

do pela auto-suficiência e uma indústria aeronáutica de primeira (brigando na OMC por causa disso) seja um país primário exportador. É claro que concordo que, nas velhas áreas agrícolas, os tratores têm idade. Mas o Lessa, quando estava no BNDES, financiou tratores novos e a moderna frota para o *agrobusiness* e a indústria de material de transporte, e entraram bilhões para financiá-los.

Em segundo lugar, temos instrumentos de financiamento que nenhum país da América Latina tem, porque temos três grandes bancos públicos. O problema está no mercado financeiro privado desregulado e na armadilha da política monetária. E chego a ter dúvidas se não é porque os três setores fortes da burguesia financeira (com o perdão da má palavra, quando eu era jovem dizia-se assim), a burguesia nacional, com três grandes bancos líderes; a burguesia estatal com três grandes bancos e a burguesia internacional também com três grandes bancos, que tendem a “rachunchar” o *spread* entre si. Então, tome-lhe de taxa de juros! Por que é tão inexplicável, é tão absurdo, é tão desnecessária uma taxa tão alta! Não estamos com nenhuma restrição externa, então é completamente absurdo que a pergunta é: *quid profit?* Quem se beneficia? Estou levantando uma hipótese que nunca levantei publicamente, mas é que, realmente, tenham dó, vocês agüentam essa coisa dos juros altos? Quem é que está de acordo com essa política de juros? Ninguém. Então concluo: “mas é que os meninos do Banco Central são muito burros”. Bom, mas isso não é explicação nenhuma. É um absurdo explicar pela burrice dos técnicos do Banco Central, totalmente integrados à ortodoxia do Fundo Monetário.

A verdade é que não sabemos hoje o suficiente sobre a dinâmica do capitalismo financeiro brasileiro. E eu, particularmente, sei menos sobre isso hoje – e olhem que fico atenta pra burro! – do que sei sobre a dinâmica do capitalismo mundial. Justamente, Ricupero: dado que para nós, em 1980, era “a construção interrompida”, melhor estudar o mundo global para ver quanto é que eles mudaram e quando é que nós, sempre dependentes, também mudamos.

No final da vida, o Celso tinha dúvidas, mas era sobre se nós realmente tínhamos conseguido avançar. Avançar em que sentido? No sentido civilizatório. É como se ele, bem como Darcy Ribeiro e todos os discípulos, tivéssemos pensado uma civilização nos trópicos, e nisso tivéssemos perdido.

Perdemos porque deu uma coisa tão estranha! Então havia no Celso muito dessa coisa do espírito civilizatório – estou fazendo uma interpretação à revelia, ele já não pode me contestar, mas espero que pelo menos me fecunde, com as minhas dúvidas, que, aliás, eram sempre sistemáticas, com o Celso. Está aí a Rosa como testemunha; eu ia para lá e discutia, discutia, discutia; ele era um mestre interlocutor. Depois que morreu Aníbal Pinto, eu ia discutir com quem? Eles eram os mestres! Agora aqui eu discuto com o Belluzzo. Bom, mas o Belluzzo não é meu mestre! Discuto com o Lessa, mas tampouco é mestre, nós somos companheiros, e não temos propriamente o mesmo temperamento nem estamos interpretando os três, que somos tão próximos, as coisas da mesma maneira.

Logo, o que é isto? Isto que estou fazendo não é apologia do governo Lula. Estou discutindo estrutura. Estou discutindo mudança estrutural nesses vinte anos: por que o país estagnou? E as raízes da estagnação não estão na escravidão, estão na ditadura militar e na maluquice da grande potência. É sempre assim. Temos uma dialética em que às vezes o que a gente pensa que vai dar certo dá errado e o que eles fazem de mal dá certo. Essa é que é a dificuldade do Brasil. Por isso é que é tudo uma coisa meio “macunaímica”. Fico com vontade de fazer literatura, só que não tenho talento. O mestre ainda tinha. E ainda mais tinha uma cultura muito maior que a minha.

O que estou tentando dizer é o seguinte: essa coisa de macroeconomia keynesiana para mim chega. Eu não vou discutir hoje política macroeconômica, depois do que foi dito aqui pelo Lessa sobre estrutura social, que é a pura verdade. Insisto: os emigrantes nordestinos que estão em São Paulo nem sabem se são descendentes de escravos ou não. Há em São Paulo uma população nordestina gigantesca. Pergunta para o jovem economista que foi embora, o Pochmann, que trabalhou com a Marta na periferia. Já no Rio de Janeiro não tem carioca recém-emigrado, a população imigrada do Rio não cresce. São todos de segunda ou terceira geração. Portanto, são todos cariocas, mesmo aqueles meninos que assaltam nos morros que me circundam. Os morros do Rio têm essa peculiaridade, lá não é periferia nenhuma, lá é no meio da gente, lá, como uma vez disse um chileno, o Rio “*es una ciudad implodida*”. O Rio de Janeiro não tem periferia no estilo desse que estamos discutindo. É implodida, estão ali no meio da gente. É preciso cumprimentar os bandidos, que, aliás, se você morar perto deles, lhe prote-

gem. Se não morar, matam.

Nessa situação de ambigüidade social do Brasil, não vai dar para eu entrar sozinha. Eu só quero fazer aquilo que os meus mestres me ensinaram: análise histórico-estrutural do que aconteceu nesses últimos 25 anos, que mestre Furtado não teve tempo de fazer, até porque não tinha ajudante. Não estava mais de professor da Sorbonne. Eu ainda tinha a universidade à minha disposição, ainda pude dar aulas.

Contudo, tenho grande esperança nessa tarefa que temos pela frente. Por isso fui proposta pelos que apoiaram a idéia para presidenta acadêmica do Centro, e vou ter um companheiro que vai me ajudar em pesquisa, para fazermos essa tarefa, assim como outros, como o Ricupero, como o Fiori, como os que se interessam pela situação internacional para valer e que farão a tarefa que lhes corresponde.

Não vou abrir mão de estudar a realidade internacional, sobre a qual já dei muitas aulas. Neste ano (2005), pela primeira vez em muito tempo, dei um curso sobre problemas estruturais do Brasil, e chamei os melhores especialistas. O meu queixo caía, porque eu não tinha mais a menor idéia do que tinha acontecido no Brasil. Ponto.

Ficamos ainda apegados à velha idéia: desindustrializou! Sim, mas isso já era. Abriu. Para começo de conversa, esses malucos do período passado abriram a economia fechando a economia. Pode? Os caras me abrem o quê? As empresas. Mas o que aconteceu macroeconomicamente? O menor coeficiente de comércio da história do Brasil aconteceu com Fernando Henrique! Logo, é uma abertura que fecha. Os senhores estavam esperando isso? Ninguém. Todo mundo julgava que, naquela altura, estávamos pressionados pela integração internacional. Pelo contrário! Fechou! Ficou em 0,86% do comércio mundial! Grotesco!

Há coisas que foram feitas nos últimos oito anos do século XX que eu tenho a impressão de que o presidente FHC nem tem idéia, porque também – sabe como é? – é muito genial, muito intelectual, sim, mas, do meu ponto de vista, superficial, pela rama. Mestre Furtado jamais foi pela rama.

Este Centro Celso Furtado, embora pequeno, com a ajuda de vocês todos, não irá pela rama. Criaremos, se Deus quiser, cátedras Celso Furtado, em que cada um desenvolva o seu ponto de vista, porque é do debate

que vai surgir uma nova economia política para a América Latina que prolongue as suas raízes, que são, indiscutivelmente, as raízes “cepalinas”. E a Cepal foi a única instituição, com o pilar Prebisch-Furtado e depois Aníbal Pinto e tantos outros, que fez uma economia política latino-americana. Essa é a dívida da minha geração, mas também a dívida de todos os que foram meus alunos. Todos, porque algo ensinei. Está claro?

Finalmente, esta homenagem aqui é muito bonita, foi linda e nos comovemos, tanto eu quanto a Rosa; mas a única homenagem verdadeira que podemos prestar a ele é retomar e atualizar o pensamento dele sobre o mundo e sobre a América Latina, sobre a qual ele refletiu até a hora da morte!

ROSA FREIRE D’AGUIAR – Depois do que a Maria falou – era mais ou menos por essa linha que ia o meu pensamento –, eu só queria complementar com uma observação. Faz um ano e cinco dias que Celso faleceu. Sei que não é uma conversa muito agradável para o final do seminário, mas se falo agora do processo de luto é porque queria chegar a um outro ponto. Enquanto fui fazendo o trabalho de luto, tive também a percepção do que é uma herança. Herdei algum bem material, mas são os bens imateriais que mais interessam, são essas as grandes heranças.

E um desses bens imateriais herdados foram as amizades de Celso. Vejo aqui amigos dele da vida inteira. Vejo nosso Ronald Queiroz, da Paraíba; Osvaldo Sunkel, que ontem me contava que, na lua-de-mel, Celso lhe deu uma encomenda um tanto incômoda, o filho dele, pequenininho. Sunkel teve de interromper a lua-de-mel para levar André, filho de Celso, no avião que seguia para o México. Aldo Ferrer, com quem encontrávamos regularmente. Octavio Rodríguez, amigo a que cheguei por outras vias também. Arturo Guillén, amigo mais recente. Já nem falo de Jaguaribe, que estava aqui até há pouco, de Ricupero, que Celso lia toda semana, pontualmente. Era a única coisa que ele me pedia sempre para ver na Internet: “Você já abriu o Ricupero na Folha? Imprima o artigo de Ricupero”.

Enfim, essas heranças vão ajudar muito na construção do Centro Celso Furtado. E é muito bom saber que, um ano depois, teremos um espaço onde reviver essas idéias, onde repensar as coisas que ele pensou. Celso trouxe todos até aqui. Daqui para frente, outros têm de ir levando essas

idéias, e creio que serão esses amigos que herdei de Celso e que prezo muito.

Pediria que todos ajudem ao Centro. Queria fazer um agradecimento especial ao senador Aloizio Mercadante, que há muito tempo me disse que desejava fazer um seminário sobre a obra de Celso. E também um agradecimento especial a Luiz Antonio Elias, que foi quem de fato levou tudo adiante, organizou. E não é fácil organizar um seminário com ampla presença internacional e convidados do Brasil inteiro. E Luiz Antonio foi impecável. E também agradeço ao Gerson Gomes.

Para você, Ricardo, não tenho palavras, desde a nossa primeira experiência de vídeo no ano passado, quando trocamos dúvidas e fotos para o *slideshow* da Unctad XI, você é um interlocutor privilegiado. Muito obrigada.

COORDENADOR – Só nos resta aplaudir a todos nós. Agradecemos a presença de todos. Saímos daqui muito enriquecidos, sabendo que o pensamento de Celso continuará iluminando a reflexão crítica deste país, se julgarmos por este seminário, pela criação do Centro, e pelo fato de que ele é o intelectual brasileiro na área de ciências sociais mais lido, mais citado, mais respeitado e mais seguido. Muito obrigado.

PROGRAMAÇÃO

24 de Novembro

ABERTURA

Local: Auditório Petrônio Portella

Senador Renan Calheiros. *Presidente do Senado Federal*

Luiz Dulci. *Ministro Chefe da Secretaria Geral da presidência da República*

Senador Luiz Otávio. *Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE)*

Senador Aloizio Mercadante. *Membro Titular da CAE e autor do requerimento para a realização do seminário.*

Guido Mantega. *Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)*

José Luiz Machinea. *Secretário executivo da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL)*

Rosa Freire d'Aguiar Furtado. *Jornalista, viúva de Celso Furtado.*

CONFERÊNCIA INTRODUTÓRIA

Maria da Conceição Tavares. *Professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*

Osvaldo Sunkel. *Ex-diretor do Centro CEPAL-BNDES e professor do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Universidade do Chile*

MESA I - REVISITANDO A QUESTÃO REGIONAL

Ciro Gomes. *Ministro da Integração Nacional (Coordenador da Mesa)*

Renato Baumann. *Diretor do Escritório da CEPAL no Brasil*

Senador Sérgio Guerra. *Membro Titular da CAE*

Tânia Bacelar. *Professora da Universidade Federal de Pernambuco/ (UFPE)*

MESA 2 - RESTRIÇÕES EXTERNAS E O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Demian Fioca. *Vice-presidente do BNDES (Coordenador da Mesa)*

José Carlos Rocha Miranda. *Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento*

Luiz Carlos Bresser-Pereira. *Professor da Fundação Getúlio Vargas/São Paulo*

Luiz Gonzaga Belluzzo. *Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)*

25 de Novembro

MESA 3 - PROJETOS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Aldo Ferrer. *Professor da Universidade de Buenos Aires e Diretor da Cadeira de Estratégia Econômica Internacional.*

Senador Aloizio Mercadante. *Membro Titular da CAE.*

Arturo Guillén R. *Coordenador da Rede Eurolatinoamericana de Estudos para o Desenvolvimento Celso Furtado*

Marco Aurélio Garcia. *Assessor-chefe da Assessoria Especial da presidência da República.*

MESA 4 - CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Ricardo Bielschowsky. *Economista/CEPAL (Coordenador da Mesa)*

Carlos Lessa. *Professor da UFRJ*

Clemente Ganz Lúcio. *Conselheiro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)*

Márcio Pochmann. *Professor da UNICAMP*

Octavio Rodríguez. *Professor da Universidade de Montevideu*

MESA 5 - DEPOIMENTOS SOBRE O PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

Helio Jaguaribe. *Decano-fundador do Instituto de Estudos Políticos e Sociais*

Embaixador Rubens Ricupero. *Ex-secretário Executivo da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento*

Theotonio dos Santos. *Professor da Universidade Federal Fluminense/RJ*

